

# Moraes determina prisão preventiva de Zambelli

Ministro atendeu pedido da PGR que a considerou foragida

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, nesta quarta-feira (4), a prisão preventiva da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

A decisão atende a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), após a parlamentar deixar o Brasil com a intenção de se estabelecer na Itália — país onde possui cidadania — para evitar cumprir a pena de dez anos de prisão a que foi condenada pela Primeira Turma do STF.

Ela foi sentenciada por sua participação na articulação de uma invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No parecer, o magistrado justifica a prisão com base na “fuga do distrito da culpa” e nas declarações da deputada, que manifestou intenção de continuar com comportamentos criminosos, visando deslegitimar as instituições brasileiras e atacar o Estado Democrático de Direito.

Além da prisão preventiva, Moraes ordenou o bloqueio dos passaportes de Zambelli, inclusive o diplomático, e a apreensão de seus bens, veículos, imóveis, embarcações, aeronaves, ativos e contas bancárias.

Isso inclui até mesmo os salários e as verbas de gabinete que são pagos à deputada pela Câmara dos Deputados. O magistrado também determinou o bloqueio de suas redes sociais e impôs um prazo de duas horas para que as plataformas responsáveis removam os conteúdos, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil, com a condição de que o conteúdo seja preservado integralmente.



Na avaliação de Gonet, Zambelli está foragida para escapar de condenação

A multa também será aplicada caso Zambelli ou pessoas próximas a ela publiquem conteúdos nas redes sociais que reiterem as ações criminosas, com valor estipulado em R\$ 50 mil por dia.

Adicionalmente, o ministro ordenou que a Polícia Federal adote as providências necessárias para a inclusão de Carla Zambelli na difusão vermelha da Interpol e informe ao juízo sua localização, com vistas à solicitação de extradição.

## Cidadania italiana

Ao participar de uma entrevista à CNN na última terça-feira (3), a parlamentar anunciou que se encontrava nos Estados Unidos para realizar tratamentos médicos e que partiria para a Itália ainda nesta semana, com a intenção de lá morar, respaldada pela dupla nacionalidade que possui. Na ocasião, disse não haver nada que Moraes possa fazer para extraditá-la e se considerou “in-

tocável” pela justiça brasileira no país europeu. “Como tenho cidadania italiana, eu sou intocável na Itália, não há o que ele possa fazer para me extraditar onde sou cidadã, eu estou muito tranquila em relação a isso”, declarou.

Na argumentação, a PGR considerou que a deputada deve ser considerada foragida, “por ter se evadido para outro país e anunciado publicamente sua permanência na Europa e a transgressão da decisão condenatória proferida pela mais alta Corte do país, em que se cominou pena a ser cumprida inicialmente em regime fechado”.

## Deputado

Ainda nesta quarta-feira, o deputado italiano Angelo Bonelli, integrante da Aliança Verde-Esquerda, enviou um ofício aos ministros das Relações Exteriores, da Justiça e do Interior da Itália exigindo a aplicação de medidas contra a

deputada brasileira. No documento, Bonelli faz referência ao tratado de cooperação entre Brasil e Itália — em vigor desde 1993 — e defende a colaboração com a Interpol. Para ele, é uma “vergonha” para a imagem de seu país não autorizar a extradição.

O parlamentar defendeu ainda a revogação da cidadania italiana de pessoas condenadas por crime “por crime de golpe ou tentativa de golpe, crimes contra a humanidade, incitação à subversão violenta da ordem econômica ou social estabelecida no Estado”.

O primeiro artigo do acordo entre os países, determina que cada uma das partes obrigue-se a entregar a outra, mediante solicitação, as pessoas que se encontrem em seu território e que sejam procuradas pelas autoridades judiciárias da parte requerente, “para serem submetidas a processo penal ou para a execução de uma pena restritiva de liberdade pessoal”.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lenio Streck: condenação não teve a ver com política

## Crime comum facilita extradição de Zambelli

Ouvidos pelo Correio Bastidores, o advogado constitucionalista Lenio Streck e um procurador da República disseram que, por não ter sido condenada por crime político, a deputada Carla Zambelli (PL-SP) pode ser extraditada pelos Estados Unidos ou pela Itália.

Segundo eles, o caso é diferente de brasileiros como o blogueiro Allan dos Santos — o governo

dos EUA negou enviá-lo para o Brasil porque ele é acusado de ter cometido crime de opinião. Zambelli recebeu pena de dez anos por invasão de sistema do Conselho Nacional de Justiça e por falsificação de documento. “Invadir sistema é crime em qualquer lugar”, diz Streck, também professor de direito. O fato de ela ter cidadania italiana não impediria sua extradição.

## Sem imunidade

O procurador da República, que pediu para não ser identificado, seguiu a mesma linha. Ressalta que a deputada cometeu crime comum — e invadir sistemas é considerado algo muito grave nos EUA. Ele concorda que a cidadania italiana de Zambelli não a protege.

## Precedente

O integrante do Ministério Público Federal lembra que, em 2015, a Itália extraditou Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil que havia sido condenado a 12 anos e sete meses de cadeia pelo caso Mensalão. Ele também tinha cidadania italiana.



Polícia Federal pediu inclusão de deputada

## Para advogado, Interpol deverá colocar nome em lista

Streck e o procurador também consideram difícil que a Interpol se negue a colocar o nome de Zambelli na Difusão Vermelha, lista de procurados em todo o mundo. Isso, também pelo fato de seu crime não ser político. O advogado, porém, ressalva que questões políticas podem complicar a extradição de Zambelli.

Frisa que, para negar o pedido, a Itália teria que negar a existência do Estado de Direito no Brasil, o que criaria um sério problema entre os dois países. Ele cita que o caso dos Estados Unidos tende a ser mais complicado pela imprevisibilidade do presidente Donald Trump. Mas lembra que Zambelli só tem visto de turista.

## Localização 1

Outro detalhe que chamou a atenção do procurador foi a decisão de Zambelli dizer que está nos EUA a caminho da Itália. “Quem foge procura se manter escondido. Ela corre o risco de ser presa ao tentar embarcar para outro país e de, assim, voltar algemada”, destaca.

## Localização 2

Por falar nisso: o internauta brasileiro que se identifica como Geo Pasch analisou frames de vídeo gravado por Zambelli e descobriu que ela está em Fort Lauderdale, na Flórida (EUA). Ele divulgou as coordenadas exatas, latitude e longitude, da localização da deputada.

## Sinais positivos

Apesar da reprovação do governo apontada pela Quaest, o copo não está tão vazio assim. A aprovação de Lula no Nordeste subiu de seis pontos para dez. No Sul, continua muito negativa, mas caiu de 30 para 25 pontos. Seu julgamento só piorou entre os mais pobres.

## Melhoras

Em famílias com renda de dois a cinco salários mínimos, a diferença entre os que condenam e aplaudem Lula de 25 pontos em março; caiu para 13. Também houve aumento dos que acham que a vida melhorou em dois anos — isso, principalmente entre os que têm mais renda.

# Quaest: governo Lula alcança maior desaprovação, com 57%

Por Karoline Cavalcante

Apesar de o governo federal ter anunciado ou iniciado a implementação de um conjunto de medidas amplamente apoiadas pela sociedade — com uma aprovação média de 79% entre os que conhecem as propostas —, o desconhecimento sobre essas iniciativas ainda é significativo. Cerca de 60% da população afirma nunca ter ouvido falar delas. Esses dados são do levantamento divulgado nesta quarta-feira (4) pelo instituto Genial/Quaest, que também revelou que a desaprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu 57%, o maior índice registrado na série histórica da pesquisa. A aprovação, por sua vez, ficou em 40%, enquanto a parcela de indecisos se manteve estável em 3%.

Na avaliação da gestão, 43% dos entrevistados classificam o governo como negativo, enquanto 26% o consideram positivo e 28% o veem como regular. Quando comparado aos dois primeiros mandatos de Lula em (2003 à 2010), 56% consideram o atual governo pior, e 20% acham que é melhor ou igual aos anteriores.

Além disso, 45% dos entrevistados avaliam a gestão atual como pior do que esperavam, o que representa um aumento significativo em relação à última pesquisa, realizada em outubro de 2024. Já 16% a consideram



Crise do INSS impactou a avaliação de Lula

melhor do que esperavam, uma queda considerável em comparação aos 30% registrados anteriormente. A parcela que não percebe mudanças se manteve estável em 36%.

Na comparação com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 44% avaliam que o governo Lula é pior, contra 40% que acreditam ser melhor e 13% que consideram igual.

Apesar da percepção de que a economia piorou nos últimos 12 meses ainda ser majoritária (48%), houve uma melhora em relação ao levantamento anterior, divulgado em março, quando esse número chegava a

56%. A percepção de alta nos preços dos alimentos também caiu — de 88% para 79% —, assim como a sensação de aumento no preço dos combustíveis, que recuou de 70% em março para 54% em maio. A avaliação de que as contas de água e luz subiram também teve uma leve queda, passando de 65% para 60%.

## Fraudes no INSS

Segundo o diretor do Instituto Quaest, o cientista político Felipe Nunes, a manutenção da alta desaprovação, mesmo diante de alguns sinais positivos, pode ser explicada

pelo volume de notícias negativas sobre o governo, que foi mais que o dobro das positivas no período analisado. Entre as notícias negativas mais lembradas espontaneamente estão as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Quando estimulados sobre o conhecimento a respeito do caso, 82% dos entrevistados afirmaram estar cientes do escândalo, enquanto 18% disseram não saber do caso. Questionados sobre quem consideram o principal responsável pelos desvios de recursos, 31% apontaram o governo Lula, seguido pelo próprio INSS (14%), pelas entidades que fraudaram as assinaturas dos aposentados (8%) e, empatado, o governo Bolsonaro (8%) — este último, inclusive, é apontado pela atual gestão como o responsável pela falta de fiscalização para evitar o os desvios, que tiveram início na época.

Para 52%, a prioridade do governo Lula deveria ser devolver o dinheiro desviado apenas com os recursos que foram bloqueados das entidades investigadas. Em contrapartida, 41% defendem que o objetivo deveria ser devolver o dinheiro roubado dos aposentados, mesmo que tenham de usar recursos públicos. Recentemente, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou que a intenção é finalizar o processo de devolução antes do final de 2025.